

A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: ALGUMAS QUESTÕES

Maria Rosa Afonso

rosa_afonso_42@hotmail.com

Revista Animação e Educação

Caldas da Rainha, Fevereiro de 2010

Introdução

Notícias sobre a violência na escola têm sido presença mais ou menos constante nos meios de comunicação social, não apenas protagonizadas por alunos mas também por encarregados de educação e outros intervenientes. Sabemos que, embora podendo existir discrepâncias entre a percepção e a realidade, o problema existe e tenderá, infelizmente, a agravar-se, ao ritmo do agravamento das tensões sociais, uma vez que estas se reflectem na vida escolar.

Na verdade, não são os computadores “Magalhães”, os quadros electrónicos e toda a tecnologia que se crê necessária – e que eu não discuto, à partida – que constroem as relações humanas, base da escola e da educação. São a proximidade, a comunicação, o compromisso, a capacidade de cada um ser capaz de se sentir responsável pelo outro, sem esperar nada em troca.

É este “sem esperar nada em troca” que, nas sociedades actuais, cada vez mais individualistas e competitivas, parece impossível. Qualquer dia, sem nos darmos conta, mas sem termos feito tudo o que podíamos, a desumanidade tomará o primeiro lugar, em muitos contextos sociais, e também na escola. Agir é, assim, uma obrigação e uma urgência.

A resposta mais óbvia tem sido a de diminuir os efeitos, com maior vigilância, maior segurança, muros mais altos e maior policiamento. Não digo que isto não seja necessário mas devemos ir um pouco mais fundo, questionarmo-nos sobre algumas das razões dessa violência – presente, desde logo, na natureza humana, mas também na sociedade e na própria escola – procurando que a educação para os valores da paz e da convivência pacífica sejam uma preocupação permanente na qual todos se sintam implicados.

Há uma violência intrínseca ao ser humano

Se analisamos alguns casos de violência extrema, de gravíssimas consequências, vemos que muitas vezes são cometidos por pacatos cidadãos, de quem, jamais,

familiares, vizinhos e amigos suspeitariam. Ficamos estupefactos, achando que se trata de algo impossível. Mas não foi e não é. Quase sempre o argumento do distúrbio mental, o mais fácil de aceitar, se apresenta como explicação. Mas explicará tudo? O que sabemos nós da violência que nos habita? Que sabemos nós daquilo de que somos capazes?

Na verdade, quase não sabemos nada. Nesse invisível, que também somos, permanecemos estrangeiros de nós mesmos, sabendo apenas que somos bons e maus, santos e demónios, capazes das melhores e das piores coisas. Mas se há algo que, de algum modo, nos “determina”, onde fica a nossa liberdade? E se não há nada a determinar-nos, porque razão não escolhemos, sempre, agir bem? Diz Lévinas: “A liberdade consiste em saber que a liberdade está em perigo. Mas saber ou ter consciência é ter tempo para evitar e prevenir o momento da inumanidade. É o adiamento perpétuo da hora da traição – ínfima diferença entre o homem e o não homem (...)” (1989: 23).

Assim, se ser livre é saber que a qualquer momento podemos “trair” a nossa humanidade, o reconhecimento desta vulnerabilidade, obriga-nos a estar permanentemente vigilantes, em relação aos nossos próprios comportamentos, a fim de adiarmos, para sempre, o momento da inumanidade – da maldade, da violência, do assassinio... – o que só será possível, se agirmos de forma desinteressada e com nobreza de carácter, e estas são escolhas livres. Cada um é que sabe se quer ou não fazê-las e disso é radicalmente responsável.

Sendo a violência pertença do humano (ou melhor do não-humano), não é possível atribuir-lhe uma pertença geográfica, social ou cultural, criando estereótipos ou estigmas em relação a certos grupos culturais. Existe em todos os lugares, em todas as culturas e em todas as sociedades, embora influenciada pelas circunstâncias e pelos contextos. A violência não está, apenas, nos campos de guerra do Darfur, nos bairros pobres de Joanesburgo, nas ruas perigosas do rio de Janeiro, nos *guetos* de qualquer grande cidade...

Está por todo o lado, em países tão insuspeitos como os Estados Unidos, a Finlândia, a Bélgica ou a Alemanha – como se tem visto nos últimos tempos –,

onde jovens entram armados em escolas, destroem, violentam, agredem e por vezes matam, mesmo. Podemos pensar que a nossa sociedade está muito longe deste extremo de violência, porventura, sim, mas, em rigor, não podemos assegurar que casos como estes não possam acontecer entre nós.

Razões sociais da violência

Ninguém, hoje, tem dúvidas de que vivemos numa sociedade potencialmente explosiva, onde múltiplas exclusões se agudizam a cada dia que passa. A instabilidade social parece ser o sentimento de quase todos, e, quando tudo treme, a possibilidade de toda a estrutura ruir é imensa, basta um mínimo deslize. O nosso país está assim, o mundo todo está assim. Ninguém parece querer arriscar qualquer movimento e, neste impasse, quase se paralisa a economia e a vida das pessoas. Instala-se a crise. Contudo, estes problemas que tendem a desestruturar as sociedades não são um epifenómeno da crise actual, vêm de longe e vêm-se à vista desarmada. Alguns aspectos são de percepção comum:

- A organização da própria sociedade. Os empregos mal remunerados, longe de casa e a muitas horas de distância, passadas em transportes públicos desconfortáveis e pouco eficientes, chegando, em hora de ponta, a ser desumanos.

Recentemente, foi noticiado que as creches que abrem e fecham a desoras, tipo 5/6 h da manhã e 8/9h da noite, têm cada vez maior procura. Isto terá inevitáveis reflexos na vida futura destas crianças e de suas famílias, espero que quem sabe do assunto – médicos, psicólogos, pedopsiquiatras... – digam alguma coisa, para ajudarem a ver o essencial. No mesmo sentido, a vida de tantas crianças, muito jovens ainda, de passe social ao pescoço, subindo e descendo autocarros, a caminho da escola, a maioria com chaves de casa no bolso, entregues a si próprias, tardes, manhãs ou dias inteiros.

- O modo como se vive e se constrói a cidadania. Os espaços públicos e de convivência não criam proximidade, a vida comunitária e associativa, onde se deveriam partilhar projectos e desenvolver interesses comuns, está longe de

construir verdadeiras pertenças, familiaridades e cumplicidades, as quais, construídas na juventude, perdurariam pela vida fora. Talvez se creia que a Internet, onde, aparentemente, o debate e a partilha de interesses parecem sem limites, possa substituir a conversa na praça, o encontro na associação..., mas, temo que se venha a descobrir, mais tarde que cedo, que não é bem assim.

Os bairros tornaram-se anónimos, descaracterizados e sem identidade. Cada vez mais, somos de lado nenhum, evitamos, até, dizer onde vivemos, e isso pode acontecer não apenas por se tratar de um bairro social mais ou menos problemático, mas simplesmente porque não temos nenhum sentimento de pertença ao local, e por isso dizemos: “vivo em Lisboa”, “vivo no Porto”, “vivo no Algarve”, etc. Sem nos darmos conta, vamos ficando sem raízes e cada vez mais sós. Na verdade, uma solidão crescente habita as ruas, mesmo que nelas caminhem multidões.

- A precariedade laboral e o desemprego. Há pessoas, anos a fio, em empregos instáveis, a recibos verdes, sem o mínimo de possibilidades de terem qualquer projecto de futuro, e muitas delas sem qualquer esperança de algum dia virem a ter um trabalho estável. Em consequência, surgem a desmotivação, a baixa auto-estima, a depressão, o desânimo..., e o efeito de bola de neve instala-se, tudo parece correr mal.

Em muitas zonas rurais do interior do país a produção agrícola tornou-se residual, restam alguns serviços e a saída para fora. A isto, junta-se o desemprego galopante dos últimos meses, a falência ou a deslocalização de muitas empresas, para o qual não se vê saída, com a consequente instabilidade pessoal, familiar e social.

- A corrupção e o tráfico de influências. Em regimes democráticos, num Estado de direito, com leis e instituições a regular a vida social, diríamos que até ao ínfimo pormenor, seria de supor que os fenómenos de corrupção fossem evitados à mínima tentação – que existe, obviamente. Mas não é assim, atingiu, entre nós, nalguns casos, um patamar inimaginável. É algo que repugna pelo que tem de “polvo”, de subterrâneo, de engano e de malfeitoria. Ver alguns

daqueles banqueiros, que julgávamos gente séria, serem meros delinquentes; ver o tráfico de influências de políticos e outros poderosos – alguns saem do governo e vão para administradores de grandes empresas, com o maior dos à-vontades – é de uma gravidade incomensurável.

O cidadão honesto que cumpre com os seus impostos e paga com sacrifício as suas contas descrê de tudo. O sentimento de que a justiça não é capaz de punir “os grandes”, e de que apenas serve para perseguir e punir os “pequenos”, põe em causa a própria democracia. É a estrutura da própria sociedade que fica em perigo.

- A crise e/ou a ausência de valores. Nesta espécie de esquizofrenia social em que vivemos, com contínuos sinais contraditórios, os valores pessoais, interpessoais e de convivência social não têm espaço para se sedimentar, devidamente. As crianças e os jovens têm cada vez mais dificuldade em distinguir o bem do mal, o justo do injusto, o certo do errado, de ver claro as prioridades. Nesta falta de referências a valores fundamentais, vai-se perdendo o sentido das hierarquias, da coesão e do respeito, ao limite, é a própria autonomia individual que é posta em causa, por impossibilidade de se poderem fazer escolhas responsáveis.

- Os novos excluídos. Já não são apenas aqueles que apanhados nas malhas da droga ou do álcool se foram desintegrando, deixando o emprego, afastando-se das famílias e acabando nas ruas. Começam a aparecer novas pessoas, até de classe média, a quem a sociedade de consumo prometeu tudo, concedendo todos os créditos e agora quando o desemprego lhes bate à porta, são os primeiros a sofrer os efeitos da crise, a ver os seus rendimentos diminuir e as mesmas contas para pagar. Alguns ficarão à mercê de execuções judiciais, perderão a casa, etc., etc.

A exclusão alastra também junto de um cada vez maior número de idosos com pensões muito baixas, a rondar o limiar da pobreza. Para muitas destas pessoas, qualquer conta no médico ou na farmácia, altera por completo a sua capacidade

de chegar ao final do mês (são cada vez mais os que pedem esmola para comprar medicamentos, uns óculos...).

- A descrença no futuro. Podia sobrar a crença em dias melhores, numa alternância política que trouxesse o mínimo de esperança e apontasse soluções, mas são cada vez mais os que deixaram de acreditar nestes políticos e nestas instituições, onde os jogos de poder se impõem ao trabalho competente e onde os interesses particulares e de grupos se sobrepõem muitas vezes ao bem geral, assim, não admira que seja crescente a desmotivação e a indisponibilidade para a participação cívica. Talvez, venhamos a pagar caro (todos) este desinteresse pela causa pública.

Razões internas à própria escola

Para lá das razões já referidas, com evidentes reflexos na escola, há razões que são da responsabilidade da própria escola. Desde logo, o modo como se lidou com o fenómeno da violência, mas também as falhas na organização, na aprendizagem e na vivência do que são a democracia e o viver com os outros.

- A violência foi silenciada por demasiado tempo. A degradação do clima escolar, e mesmo do clima da sala de aula, traduzida numa agitação permanente, com atitudes e comportamentos insolentes e injuriosos a colegas, a professores, ao pessoal auxiliar, não é de hoje, é de há mais de trinta anos. Mas, durante muito tempo, tudo se passou como se a violência não existisse. Era silenciada, até, por muitos dos professores que a sofriam, assumindo-a como uma falha da sua própria autoridade e por isso nada dizendo. Foi silenciada, também, devido a preconceitos de natureza pedagógica, psicológica, social, e política, considerando não ser bom para a aprendizagem e para o desenvolvimento psico-social dos meninos fazer alarido sobre certos comportamentos e que o melhor seria considerá-los meras incivildades próprias da adolescência. E assim se fecharam os olhos e se trataram com panos quentes atitudes e actos violentos.

Neste ambiente, a violência escolar fez a sua escalada e tomou todo o espaço. Está à entrada da escola, no recreio, na sala de aula, nos corredores..., e de individual ou de pequenos grupos passou, nalguns casos, a *gangs* organizados, com origem nos bairros mas que inevitavelmente com reflexos na escola.

Nos últimos anos, o problema tomou tal dimensão – já não é apenas o desrespeito pelas normas e pelas regras básicas de convivência, são as agressões verbais, físicas e psicológicas (brigas, roubos, uso de objectos contundentes, *bullying*...) – que levou a genuínas preocupações por parte de todos, responsáveis políticos, professores, pais e comunidade em geral. Fala-se e denuncia-se mais abertamente, difundem-se na Internet imagens gravadas por telemóvel, chama-se a televisão, fazem-se directos, debates...

Obviamente que denunciar e debater a violência, nos mais diversos fóruns, é importante e necessário, mas importa também questionar algumas dessas atitudes, pois não deixa de haver violência e perversidade nalguns comportamentos de denúncia, na medida em que os intervenientes directos não controlam o modo como querem lidar com a situação, com base nos meios de que dispõem e que estão previstos na lei e nos regulamentos da escola. Vêm-se expostos, usados e maltratados.¹ Esta é uma enorme violência, também. Não vale tudo, sobretudo se isso implica tocar na dignidade das pessoas.

- A democracia da (e na) escola, a cidadania. Aqui se situa, porventura, o cerne do problema no que respeita à questão da violência, porque aqui se situa (ou deve situar-se) a aprendizagem e a vivência dos valores pessoais e sociais.

A escola não pode ser apenas uma instituição que se organiza democraticamente, através de órgãos eleitos – conselho executivo, conselho pedagógico, assembleia de escola, associação de pais, associação de alunos, delegado de turma... –, que pretensamente funciona definindo e respeitando regras democráticas. Para lá desta organização democrática, a escola deve ser o espaço onde se aprende e vive a cidadania, o valor das regras, a noção de

¹ Este é o caso do tristemente célebre vídeo gravado numa escola do Porto, a aluna que agride uma professora por causa de um telemóvel. As imagens continuam a ser exibidas na televisão, sempre que novos casos acontecem.

direitos e deveres, o sentido da participação e o respeito por todas as pessoas, ocupem o lugar que ocupem e desempenhem o papel que desempenharem. Em nenhum tempo e espaço escolar se podem pôr em causa os valores da democracia e da participação.

Contudo, talvez estejamos ainda longe de uma escola verdadeiramente democrática, há muitas falhas ao nível da autonomia individual, do respeito e da justiça. Cabe à escola assumir, com clareza, um dos seus desígnios "... o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho." (LBSE, artº2º, nº4), educando para os valores do respeito, da justiça, da solidariedade e da participação, porventura, até mais, agora, quando o papel das famílias e de outras instituições se vai progressivamente diluindo.

Outro aspecto decisivo é o cumprimento das normas. É necessário regular o viver escolar para que os interesses individuais não conflituem com os direitos colectivos, neste sentido, a existência de um Regulamento Interno que defina as regras a observar e as respectivas sanções para quem não cumpre é muito importante. Essas regras e sanções, devem ser conhecidas e discutidas por toda a comunidade escolar – alunos, professores, pais...

A sua reflexão participada levará a uma maior consciencialização das questões e dos problemas, contribuindo, sempre que necessário, para a sua melhoria e reformulação, através da procura de consensos e de compromissos negociados. As regras não podem ser tratadas como algo estático, exterior ao aluno, lidas repetidamente no primeiro dia de aulas ou entregues numa fotocópia. Têm de ser consideradas boas e aplicadas de forma justa e adequada, sem arbitrariedades, humores ou prepotências – os alunos, de um modo geral, são muito sensíveis a injustiças –, tendo em conta os princípios básicos – ninguém está acima da lei, ninguém pode ser juiz em causa própria ou fazer justiça pelas suas próprias mãos.

- Existirem estruturas visíveis, com nomes, funções definidas e responsáveis

Perante actos de violência, a primeira atitude deve ser a da não indiferença e por isso reagir e denunciar. Não podemos deixar que os actos de violência se banalizem ao ponto de já não questionarmos o mal que eles encerram (Hanna Arendt, 1961/1994).

Mas, a denúncia não pode expor as vítimas a novos perigos, a novas ameaças, a uma maior intimidação, o que as tornaria ainda mais frágeis. Para pedirmos a alguém que denuncie temos de ser capazes de lhes garantir apoio, dentro da escola e fora da escola, indicando as pessoas (director de turma, professor, assistente social, alguém do conselho executivo, aos adultos em geral), as entidades e as instituições (polícia, linhas S.O.S., centros de saúde, associações específicas...) a que podem recorrer, fornecendo-lhes também os instrumentos e os meios necessários para efectuar a denúncia, em condições de segurança, de protecção e de respeito pela sua dignidade.

Instituir na escola espaços de resolução de conflitos, onde se possam tratar os casos concretos, ouvindo todas as partes e considerando todas as alternativas, no sentido de construir respostas de *sabedoria prática* (Ricoeur, 1990). Organizar debates sobre problemas concretos – o *bullying*, a discriminação (raça, etnia, orientação sexual, género, idade, deficiência...), a violência entre namorados, a violência organizada... – com a participação dos pais, de especialistas, das autoridades locais, de representantes de associações a trabalhar nesses temas e problemas. Actividades que podem tomar outras formas – jornadas, campanhas, exposições...- o importante é criar uma linha de reflexão e de acção coerentes, que persistam nos objectivos e assegurem a contínua melhoria das respostas, com a participação e o compromisso de todos.

Referências bibliográficas

- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Editions du Seuil.
- Arenth, H. (1961/1994) *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras: São Paulo
- Lévinas, E. (1989), *Totalidade e Infinito*. Edições 70: Lisboa.
- ME (1986). "Lei de Base do Sistema Educativo". Lei 46/86 de 14 de Outubro.